



Número: **0800502-81.2020.8.15.0301**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Pombal**

Última distribuição : **21/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 3.780,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO NESTOR DE ALMEIDA (AUTOR)		JAQUES RAMOS WANDERLEY (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
30848 900	21/05/2020 11:21	Petição Inicial	Petição Inicial
30848 911	21/05/2020 11:21	1 PROCURAÇÃO, DEC POBREZA E DEC ISE IMPOSTO RENDA	Procuração
30848 913	21/05/2020 11:21	2 DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação
30848 917	21/05/2020 11:21	3 COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Documento de Comprovação
30848 921	21/05/2020 11:21	4 B.O CIVIL VITIMA	Documento de Comprovação
30848 922	21/05/2020 11:21	5 DUT MOTO	Documento de Comprovação
30848 923	21/05/2020 11:21	6 FICHAS, RECEITA E ATESTADO MEDICO	Documento de Comprovação
30848 927	21/05/2020 11:21	Petição	Petição
30848 929	21/05/2020 11:21	7 PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	Documento de Comprovação
31039 259	28/05/2020 11:26	Despacho	Despacho
31073 516	28/05/2020 12:20	Expediente	Expediente

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE POMBAL – PB.**

FRANCISCO NESTOR DE ALMEIDA, brasileiro, casado, agricultor, inscrito no CPF sob o nº. 763.247.377-72 e no RG sob o nº. 20.871.430 SSP/SP, residente e domiciliado no Sítio São Joaquim, s/n, Zona Rural, de São Bentinho-PB, por meio de seu procurador e advogado que esta subscreve, Dr. Jaques Ramos Wanderley, OAB/PB 11.984, com endereço no rodapé, vem, perante Vossa Excelência, ajuizar a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA
DO SEGURO DPVAT**

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada a Rua Senador Dantas, 76, 3º andar, CEP: 20.031-201, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos fatos e motivos que passa a aduzir:

1. DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Cumpre salientar que o Requerente não possui condições financeiras de arcar com custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo ao seu próprio sustento e de sua família, por se tratar de simples agricultor, não auferindo renda fixa, e do que ganha só dá para pagar as despesas mais básicas.

Conforme extratos bancários em anexo, o Autor possui saldo zerado. Por esta razão, requer os benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 95 do Código de Processo Civil de 2015.

2. DOS FATOS

O promovente foi vítima de acidente de trânsito no dia 18 de setembro de 2019, conforme boletim de ocorrência, em anexo.

Do malsinado acidente, o Promovente sofreu grave **FRATURA NA MÃO DIREITA**, tendo sofrido ainda corte contuso, rompimento dos nervos e escoriações no corpo, conforme CID 10 S 62.0 (fratura do osso navicular – escafoide – da mão), exames e documentos médicos anexos à Exordial.

Tendo o mesmo sido submetido à **procedimento médico**, e, mesmo após os tratamentos realizados, permanece impossibilitado de praticar suas atividades diárias, em detrimento DAS FORTES DORES SOFRIDAS, DORMÊNCIA, PERDA DA FORÇA, BLOQUEIO, RIGIDEZ E ESQUECIMENTO DAS ARTICULAÇÕES E TENDÕES DA MÃO DIREITA, O QUE TEM LHE CAUSADO DIFICULDADE PARA APREENDER, MANUSEAR E SUSTENTAR OBJETOS COM A REFERIDA MÃO, ALÉM DE LIMITAÇÃO NA AMPLITUDE DE SEU MOVIMENTO.



Logo, conforme Laudo Médico acostado aos autos, o Promovente sofreu lesões de caráter grave e ainda apresenta sequelas, fazendo **jus à indenização em seu “grau médio – 50%”**, que corresponde à importância de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), conforme estabelece a Lei 6.194/74 cominada com a TABELA da SUSEP em anexo.

Diante os fatos, requereu administrativamente a empresa demandada o pagamento da indenização do seguro Obrigatório DPVAT (**SINISTRO: 3200063603**), referente à invalidez permanente constante no Laudo Médico e demais documentos médicos em anexo.

Acontece Excelência, que a seguradora pagou uma indenização bem aquém do devido, pagando-lhe, no dia 09 de março de 2020, apenas a importância de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais), devendo, assim, ser condenada a complementar o pagamento, com a importância de **R\$ 3.780,00 (três mil, setecentos e oitenta reais)**, os quais devem ser acrescidos de juros e correção monetária.

3. DO DIREITO

I - REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA

A matéria encontra-se regulamentada pela lei 6.194/74, que determina o pagamento de indenização máxima no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) aos beneficiários das vítimas de acidentes de trânsito, em caso de invalidez intensa de um dos membros, consoante se depreende, da leitura do caput do art. 3º, e inciso II, alterada pela LEI 11.482/07, in verbis:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

Todavia, as seguradoras não cumpriram sequer com os normativos da CNSP, pois não estabeleceu índices percentuais correspondente a debilidade que ficou sujeito o promovente.

Desta forma, aplicando-se os limites estabelecidos pela lei, bem como usando a própria TABELA DA CNSP, percebe-se que a indenização foi paga em valores inferiores aos realmente devidos, merecendo pois ser feito justiça, condenando-se a empresa promotora ao pagamento do valor devido.

As seguradoras não vêm cumprindo o que determina a lei, alegando em seu favor RESOLUÇÕES editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, que fixam os valores das indenizações para cada tipo de cobertura.

Outrossim, registre que os documentos anexados, são suficientes a um julgamento meritório, sendo dispensado a apresentação de Laudo do UML.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJMG que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO



INICIAL - DOCUMENTO DISPENSÁVEL - INÉPCIA NÃO CONFIGURADA - EXTINÇÃO PREMATURA - SENTENÇA CASSADA. É dispensável a juntada do Laudo do IML ou outro documento médico para instruir a ação de cobrança de seguro DPVAT, uma vez que é possível a comprovação do grau e da extensão das lesões durante a instrução processual. (TJ-MG - AC: 10686140012978001 MG, Relator: Aparecida Grossi, Data de Julgamento: 08/04/2015, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/04/2015).

AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - IRRELEVÂNCIA - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO - Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT não é indispensável a juntada, com a inicial, de laudo do IML, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento.

(TJ-MG - AC: 10024123336687001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 15/05/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/05/2014).

Aliás, tal entendimento não é isolado, senão vejamos:

APELAÇÃO. Ação de cobrança. acidente de trânsito. seguro obrigatório DPVAT. ausência de laudo do IML. irrelevância. documentação que acompanha a peça exordial é suficiente para afastar a inépcia da inicial. sentença cassada. baixa dos autos à origem para o regular processamento do feito. apelo provido. (TJPR - 10ª C. Cível - AC - 1257132-5 - Marechal Cândido Rondon - Rel.: Ângela Khury - Unânime - - J. 05.03.2015) (TJ-PR - APL: 12571325 PR 1257132-5 (Acórdão), Relator: Ângela Khury, Data de Julgamento: 05/03/2015, 10ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1556 04/05/2015). (Grifei)

II - DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em casos de Seguro Obrigatório DPVAT, quando se tratar de verba complementar indenizatória, a correção monetária deverá iniciar-se a partir da data do ato ilícito que ensejou prejuízo para a vítima, compreendendo portanto, a data em que a seguradora não adimpliu corretamente ao pagamento em via administrativa, fazendo-o a menor. Deste modo entende o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA em sua Súmula 43 que assim preleciona: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo".

Coadunando com este mesmo entendimento, segue julgado do ilustre Relator José Sebastiao Fagundes Cunha do TJPR - Apelação Cível: AC 4451245 PR 0445124-5:

RECURSO DE APELAÇÃO COBRANÇA. SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA RECEBIDA PARCIALMENTE. QUITAÇÃO DO VALOR PAGO À MENOR. FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO VINCULADA AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. RESOLUÇÃO CNSP. NORMA QUE NÃO PODE SOBREPOR-SE À LEI ORDINÁRIA. HIERARQUIA DAS NORMAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 43 DO STJ. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO ADESIVO



COBRANÇA. SEGURO DPVAT. QUITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EFETUADA A MENOR. INCIDÊNCIA DE JUROS DESDE O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. JUROS. 1% AO MÊS A PARTIR DA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 - (12.01.2003) - E INCIDÊNCIA DE 0,5% ANTES DESTA DATA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. RECURSO ADESIVO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. 1. Restando demonstrado que o valor do seguro obrigatório DPVAT não foi pago em sua integralidade (40 salários mínimos), faz jus a autora ao recebimento da diferença entre o que foi pago e o que deveria sê-lo.

(...)

4. Súmula 43 do STJ: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo". No caso em apreço, verificou-se o ato ilícito contratual da seguradora quando não adimpliu corretamente, em sede administrativa, com a sua obrigação junto aos beneficiários do seguro obrigatório, motivo pelo qual é a partir desta data que a correção monetária deve incidir.

Consoante o exposto, pedimos licença para deixa de discorrer sobre o mérito, para adentrarmos nos pedidos.

4. DOS PEDIDOS

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

a) a citação da Promovida no endereço descrito no pórtico desta, para que no prazo legal em querendo, contestar a presente ação, sob pena de sofrer os efeitos da revelia e confissão;

b) seja a ação julgada procedente, para condenar a Promovida ao pagamento de **R\$ 3.780,00 (três mil, setecentos e oitenta reais)**, a título de indenização pelos danos em epígrafe, devidamente acrescidos de juros mora a partir da citação da empresa promovida e correção monetária, a contar da data em que ocorreu o acidente (18/09/2019);

c) a inversão do ônus da prova, nos precisos termos do art. 6º, VIII do CODECOM;

d) seja concedido os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, tendo em vista não poder arcar com as despesas processuais por insuficiência de recursos.

e) a condenação da empresa promovida nas custas processuais, honorários advocatícios no valor de 20% e demais emolumentos legais.

Requer que **seja dispensada a designação da audiência de conciliação**, nos termos do art. 319, VII c/c art. 334, §4º, I do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista a prática de atitudes reiteradas da Promovida em não demonstrar interesse na realização da COMPOSIÇÃO CONSENSUAL.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, além dos documentos que seguem em anexo, bem como REQUER, desde já, a produção de prova pericial, com a juntada dos quesitos.

Dar-se à causa para os devidos fins fiscais, o valor de **R\$ 3.780,00 (três mil, setecentos e**



oitenta reais).

Termos em que,

Pede deferimento.

Pombal – PB, 27 de março de 2020.

Dr. JAQUES RAMOS WANDERLEY
- OAB/PB 11.984 –

Dr. GUSTAVO RAMOS WANDERLEY
- OAB/PB 27.708 -



PROCURAÇÃO PARTICULAR

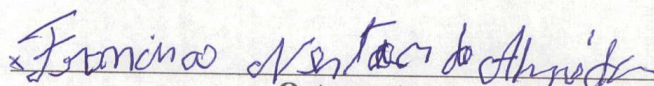
OUTORGANTE:	FRANCISCO NESTOR DE ALMEIDA , BRASILEIRO, CASADO, AGRICULTOR, COM RG: 20.871.430 SSP/SP E CPF: 763.247.377-72, RESIDENTE E DOMICILIADO NO SÍTIO SÃO JOAQUIM, S/N, ZONA RURAL, CEP: 58.857-000, SÃO BENTINHO – PB.
OUTORGADO:	<u>Dr. JAQUES RAMOS WANDERLEY</u> , brasileiro, casado, advogado OAB/PB 11.984, RG 2428326 SSP/PB, CPF nº 032.976.134-08; <u>Drª. MAYARA QUEIROGA WANDERLEY</u> , brasileira, casada, advogada, OAB/PB nº 18.791, RG 3141039, SSP/PB, CPF nº 059.842.772-09, ambos com escritório profissional a rua Francisco Almeida, nº 219, centro CEP: 58.840-000, Pombal – PB. Tele-fax: (83) 3431-1825 / Cel. (83) 9 9974-6390 (TIM) e (83) 9 8164-0979 (VIVO)

PODERES:

Pelo presente instrumento de mandato, o(a) outorgante acima qualificado(a), nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador, com os mais amplos poderes, inclusive os gerais para o foro, representá-lo em juízo ou fora dele, de acordo com o estatuto da Advocacia – Lei 8.906/94, bem como perante qualquer repartição pública Federal, Estadual ou Municipal podendo dito procurador, com vistas ao cabal desempenho deste mandato, tudo requerer e praticar, patrocinar a defesa dos interesses do(a) outorgante como autor(a) ré(u), oponente, assistente, ou de qualquer forma interessada, usar dos poderes contidos na cláusula “*ad judicium*”, mais os **poderes especiais** de receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, acordar, discordar, arguir suspeições, excepcionar, prestar caução, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica (em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15) e finalmente praticar todo e qualquer ato que se faça necessário ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, dando tudo por firme e valioso.

Os poderes específicos acima outorgados poderão ser substabelecidos.

POMBAL - PB, 17/ 02/ 2020.


Outorgante



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

FRANCISCO NESTOR DE ALMEIDA, BRASILEIRO,
CASADO, AGRICULTOR, COM RG: 20.871.430 SSP/SP E CPF:
763.247.377-72, RESIDENTE E DOMICILIADO NO SÍTIO SÃO
JOAQUIM, S/N, ZONA RURAL, CEP: 58.857-000, SÃO BENTINHO –
PB, declara sob as penas da lei, que não pode arcar com despesas processuais por
insuficiência de recursos, pelo que, nos termos assegurados pelos arts. 98 e seguintes
do Código de Processo Civil/2015, faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça.

Declaro, ainda, ser conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais,
caso o presente documento não porte a verdade.

Pombal-PB, 17 de FEVEREIRO de 2020.


DECLARANTE



DECLARAÇÃO DE ISENTO DE IMPOSTO DE RENDA

FRANCISCO NESTOR DE ALMEIDA, BRASILEIRO, CASADO, AGRICULTOR, COM RG: 20.871.430 SSP/SP E CPF: 763.247.377-72, RESIDENTE E DOMICILIADO NO SÍTIO SÃO JOAQUIM, S/N, ZONA RURAL, CEP: 58.857-000, SÃO BENTINHO – PB em conformidade com a Lei nº 7.115/1983¹, declaro que sou isenta da obrigação de declarar o imposto de renda devido ao fato de não me enquadrar nas condições especificadas pela Receita Federal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Pombal - PB, 17 de FEVEREIRO de 2020.

Francisco Nestor de Almeida

¹ Com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864/2008, de 25 de julho de 2008, deixou de existir a Declaração Anual de Isento, a partir do ano de 2008. A isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado, conforme previsto na Lei 7.115/83.



GENI BALBINO DE SOUSA ALMEIDA
SIT SAO JOAQUIM, S/N - AREA RURAL
SAO BENTINHO / PB CEP: 58657000 (AG: 2277)

Ligação MONOFÁSICO
Cis/Soc. PUR MTC B2/RURAL - AGROPECUÁRIA RURAL
Roteiro 12 - 229 - 239 - 1900 Referência Set/2019
Medidor 00006877826 Emissão 19/09/2019



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
B-230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-880
CNPJ 09.096.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 01.408.767
Cód. para Dab. Automático: 00013904149

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Set / 2019	19/09/2019	21/10/2019	873.090.174-04 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1390414-9

Canal de contato
Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL. Saiba mais em
saude.gov.br/vacinabrasil

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 20/08/19	Leitura 13098	Data 19/09/19	Leitura 13211	113
Demonstrativo				
Quantidade Tarifas Valor Base Calc. Imp. ICMS(R\$) Base Calc. PIS(R\$) Contrib(R\$)				
Tributos Total(R\$) ICMS(R\$) ICMS PIS/Contrib(R\$) (0,9912%) (4,5657%)				
0801 Consumo em kWh	113,000 0,439360	49,19 0,00 0 0,00	49,19 0,48 2,24	
0801 Adic. B Vermelha		4,78 0,00 0 0,00	4,78 0,05 0,22	
0810 Subsídio		16,79 0,00 0 0,00	16,79 0,17 0,77	
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0807 CONTRIBUIÇÃO ILLUM PUBLICA		3,00 0,00 0 0,00	0,00 0,00 0,00	
0804 JUROS DE MORA 08/2019		0,05 0,00 0 0,00	0,00 0,00 0,00	
0805 MULTA 08/2019		1,08 0,00 0 0,00	0,00 0,00 0,00	
0806 Devolução Subsídio		-15,86 0,00 0 0,00	0,00 0,00 0,00	

CCI Código de Classificação do item TOTAL 59,04 0,00 0,00 70,78 0,70 3,23
Tarifa s/ Tributos 0,411170

Média últimos meses (kWh) 169
VENCIMENTO 26/09/2019
TOTAL A PAGAR R\$ 59,04

Histórico de Consumo (kWh)											
178	250	211	191	251	195	131	112	136	114	132	121
Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19

RESERVADO AO FISCO
4bc9 319c 944b c029 4cee 37c3 fe15 cd03

Indicadores de Qualidade				Composição do Consumo		
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)		Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	0,00	NOMINAL	220	Serviço de Dist. da Energia a PB	19,60	31,81
DIC TRIMESTRAL	22,61			Compre. de Energia	26,74	45,29
DIC ANUAL	45,22			Serviço de Transmissão	2,77	4,69
FIC MENSAL	7,87	CONTRATADA	202	Encargos Setoriais	2,80	4,74
FIC TRIMESTRAL	15,34	LIMITE INFERIOR	231	Impostos Diretos e Encargos	0,07	0,12
FIC ANUAL	30,68	LIMITE SUPERIOR	231	Outros serviços	0,00	0,00
DMC	6,19			Total	59,04	100,00
DICRI	16,80			Valor do IUSD (Ref 7/2019) R\$ 27,90		

ATENÇÃO
Subvenção DEC-7 891/13 R\$ 13,86
Reajuste Tarifário - Vigência 28/08/19-Res ANEEL nº 2 536 - Alta Tensão - 4,40% Médio
Reajuste Tarifário - Vigência 28/08/19-Res ANEEL nº 2 536 - Baixa Tensão - 4,23% Médio
- Leitura confirmada
Isento ICMS

Faturas em atraso



DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
3ª Superintendência Regional
19ª Delegacia Seccional
2ª Delegacia Distrital de Pombal
Rua Cel. João Carneiro, 288 – centro – Pombal-PB



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 110/2020

Versando sobre: **ACIDENTE DE TRANSITO - DPVAT**

Data do fato: **18/09/2019** – pelas 09:300 horas

Local do ocorrido: **BR 230, São Bentinho -PB**

Data e hora em que a Delegacia tomou conhecimento: **18.02.2020 – as 09:22 Horas**

COMUNICANTE: FRANCISCO NESTOR DE ALMEIDA- CPF 763.247.377-72/ RG 20.871.430 //SSP-SP, brasileiro, casado, natural de Pombal-PB, aposentado, nascido em 18/06/1953, filho de João Inacio de Almeida e de Severina Nestor de Almeida, residente no Sítio São Joaquim, zona Rural de São Bentinho -PB, Tel: 83 9 99540869//

HISTÓRICO: Que afirma o comunicante que no dia e hora acima informados, conduzia a motocicleta HONDA NXR 150 BROS ES / 2008/2008 – COR VERMELHA – PLACA **MOQ 2715/PB** / CHASSI: 9C2KD03308R078486, licenciada em nome de Maria Erivan de Oliveira; Que trafegava na BR 230 em sentido São Bentinho, quando um animal (cachorro) atravessou na frente e ao desviar o animal, o condutor perdeu o controle da motocicleta e veio a cair da mesma; Que do acidente o comunicante teve fratura no braço direito, inclusive ficando com nervo comprometido, sem movimentar um dos dedos da mão direita; Que foi socorrido por terceiros para o Hospital de Pombal-PB, onde foi atendido e liberado no mesmo dia; Que tem conhecimento do fato a pessoa de GENI BALBINO DE SOUSA ALMEIDA, RG 2.582.393, residente no Sítio São Joaquim, zona Rural de São Bentinho -PB. Que compareceu a delegacia de Polícia, para registrar o fato, para fins de direito.

Pombal – PB, 18 de **FEVEREIRO** de 2020.

OBS: O comunicante está cientificado das imputações cominadas nos artigos 299 e 340 do C. P. B.

AUTORIDADE POLICIAL: Del. Pol. JOSÉ AROLDO ASSIS DE QUEIROGA.

COMUNICANTE:

Francisco Nestor de Almeida

Testemunha:

Geni Balbino de Sousa Almeida

Policial responsável pela lavratura do boletim:

Manoel de Sousa Lacerda
Manoel de Sousa Lacerda
Agente de Polícia Civil
Mat. 168345-4



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB

Nº 010980187696

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 0099058241-8 00/00000000 2013

NOME

MARIA ERIVANIA DE OLIVEIRA

07610433497

MOQ2715/PB

PLACA ANT./UF NOVO PB 9C2KRD03308R078486

PAS/MOTOCICLE/MARCA/HONDA/NXR150 BROS ES

2 P/149 /CL CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

1 P/149 PAGO EM 02/08/2013

PREMIO TARIFARIO (R\$) 0

PREMIO TOTAL (R\$) 0

A.F. ADM DE CONC FACION HONDA LTDA

SAO BENTO-PB

02/08/2013 14796

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PB Nº 010980187696 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA 1 07610433497

RENAVAM 00990582418

ANO FAB 2008

9C2KRD03308R078486

PREMIO TARIFARIO

CUSTO DO SEGURO (R\$)

PREMIO TOTAL (R\$)

SEGURO

02/08/2013

14796-1719479-20130802

SEGURO LIDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

14796-1719479-20130802

CONTRAN



HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



☐ AZUL ☐ VERDE ☐ AMARELA ☐ LARANJA ☐ VERMELHA

ENFERMARIA: _____ LEITO: _____

PACIENTE:

NOME: Francisco Vester de Almeida
COR: moreno DATA DE NASCIMENTO: 18/06/1953 IDADE: 66 SEXO: M
NOME DA MÃE: Servina Vester de Almeida PROFISSÃO: Agricultor
CARTÃO DO SUS: 705 0048 3475 4758 RG/CNH: 20.871.430
MUNICÍPIO: S. Bento ENDEREÇO: Sítio S. Joaquim
ESTADO: PB CEP: 58.82006 CODIGO DO MUNICÍPIO: _____ DATA DE ATEND: 08/09/2019

SINAIS VITAIS:

PA: _____ SPO: _____ FC: _____ R: _____ HGT: 229mg/dl

MEDICAÇÃO EM USO: _____

ALÉRGICO: () SIM () NÃO SE SIM, AO QUE: _____

Paciente com dor em abdômen direito
Começo com dor no abdômen
com febre e vômitos
diarreia

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE:

TIPOS: Rx abdômen
RESULTADOS: sem alterações

PRESCRIÇÃO MÉDICA/MATERIAL UTILIZADO:

- 1° _____ 12:00
2° DMA II
3° Ultrassom
4° Ultrassom
5° Ultrassom
6° Ultrassom
7° Ultrassom
8° _____
9° _____
10° _____
11° _____
12° _____
13° _____
14° _____
15° _____
16° _____
17° _____
18° _____
19° _____
20° _____

Dr. Túlio Alberto de O. Souza
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 9251 / CRM-RN 9800

Flávio Jordano Bezerra Cândido
Enfermeiro
COREN: 500077



HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



OBSERVAÇÕES DA ENFERMAGEM:

Paciente tem afeite normal, com umidade adequada da mucosa oral e
o mesmo apresenta febre e não tem afeite da pele. Não catata
e não tem febre. Foi avaliado pelo enfermeiro. Os dados
Flávio Jordano Bezerra Cândido
Enfermeiro
COREN 1500077

CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO:

CONSULTA ESPECIALIZADA:

TIPO DE ATENDIMENTO:

- | | |
|--|--|
| | 01 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA; |
| | 02 - PRIMEIRA CONSULTA; |
| | 03 - CONSULTA SUBSEQUENTE; |
| | 04 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE; |
| | 05 - VACINAÇÃO DE ROTINA; |
| | 06 - VACINAÇÃO DE BLOQUEIO (SURTO OU SITUAÇÕES PARTICULARES); |
| | 07 - VACINAÇÃO DE CAMPANHA; |
| | 08 - PRIMEIRA CONSULTA ANUAL COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE; |
| | 09 - CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE. |

ENCAMINHAMENTO:

- | | | | | | | | |
|--------------------------|----------------|--------------------------|----------------|--------------------------|------------|--------------------------|------------|
| <input type="checkbox"/> | 1 - PRESCRIÇÃO | <input type="checkbox"/> | OBSERVAÇÃO | <input type="checkbox"/> | RESIDÊNCIA | <input type="checkbox"/> | INTERNAÇÃO |
| <input type="checkbox"/> | 2 - APLICADA | <input type="checkbox"/> | OUTRO HOSPITAL | <input type="checkbox"/> | ÓBITO | <input type="checkbox"/> | OUTROS |

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO/PROCEDIMENTO	ATIV. PROF.	TIPO ATEND.	GRUPO ATEND.	FAIXA ETÁRIA
0301010072	22	52	20	66

ASS. DO (S) PROFISSIONAL (IS) ASSISTENTE (S) - CARIMBO (S)

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHAMENTO OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CARIMBO





GOVERNO
DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE

Hospital Regional de Pombal Senador "RUI CARNEIRO"

Nome do Paciente: Fco Nelson de Almeida

Usa orn

1. Nargalina 1g — 18
Tomar 01 qdo 6/6

2. Vitamina C 500g — 6scp
Tomar 01 qdo 12/10

Dr. Túlio Alberto de O. Souza
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 9251 / CRM-PA 9888

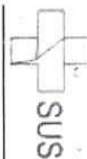
18/09/19
DATA

Assinatura do Médico

Rua Cel. João Leite 294 - Centro - Fone (83) 3431-2149 - Pombal - PB.

"Tudo posso naquele que me fortalece"





ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CNES: 2592568 CNPJ: 08.778.268/0004-03

NOME: HOSPITAL REGIONAL POMBAL SENADOR RUY CARNEIRO

ENDEREÇO: RUA CEL. JOAO LEITE

CIDADE: POMBAL

ESTADO: PARAIBA

UF: 25

Paciente: FRANCISCO NESTOR DE ALMEIDA

Mae: SEVERINA NESTOR DE ALMEIDA

Nascimento: 18/06/1953 Idade: 66 Cor: BRANCA

Sexo: M

Profissao: APOSENTADO(A)

Endereco: SITIO SAO JOAQUIM

Num.: S/N

Bairro: ZONA RURAL

Fone: (83)9909-0745

Cidade: SAO BENTINHO PB 58857-000 - 2513927

Identidade:

CNS: 705-0048-3475-4753 Reg. Nasc.: Recepcionista: BARBARA

CPF: 03/10/2019 07:39:11 N Ficha: 94984 N Prontuario: 11500

Atendimento: RETORNO ORTOPEdia

SPO: FC: HGT: GESTANTE: SIM() NAO() SEMANAS

PESO: PA: TEMP: ANAMNESE EXAME FISICO (SUMARIO)

francisco de almeida

francisco de almeida

francisco de almeida

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

francisco de almeida

RESULTADOS

francisco de almeida

francisco de almeida

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

Colo 8/ Francisco

☒ 01 - ELETIVO CARÁTER DO ATENDIMENTO

☐ 02 - URGÊNCIA

☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA

☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

☐ 05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO Descrição

francisco de almeida

CID-10

MEDICAÇÃO ENCAMINHAMENTO

☒ 1. PRESCRITA

☐ OBSERVAÇÃO

☒ RESIDÊNCIA

☐ INTERNAÇÃO

☐ 2. APLICADA

☐ OUTRO HOSPITAL

☐ ÓBITO

☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO

1 -	0	30	40	1	0	0	7	2
2 -								
3 -	2	2	8	2	7	0		6

Ass. dos Profissionais Assistentes - carimbos

Dr. Tullio Alberto
OAB/PA 11111-11111
CRM/PA 9251

Médico / Crm / Cns

TULLIO ALBERTO DE O. SOUZA - 9251 - 1111-1111-1111-1111

ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

Polígar Direito

Ass. Revisor Técnico - carimbo

Ass. Revisor Administrativo - carimbo



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE



HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL "SENADOR RUI CARNEIRO"
SECRETARIA DE SAÚDE

ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins, que FRANCISCO NEDER DE ALMEIDA
portador (a) do RG _____, foi submetido(a) à
consulta médica nesta data, no horário das _____ horas,
sendo portador da infecção CID-10 5620
Em decorrência, deverá permanecer afastado(a) de suas
atividades laborativas por um período de 90
(NOVENTO) dias, a partir desta data.

Pombal - PB, 03 de 10 de 20 19

Dr. Túlio Alberto
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM/PB 9251

Assinatura e Carimbo do Médico

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o
Dr. _____ a registrar o diagnóstico
codificado CID ou por extenso neste atestado médico.



Procedimento Administrativo em anexo





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 15 de Maio de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200172094

Vítima: ROMARIO DE ALMEIDA OLIVEIRA

Data do Acidente: 21/09/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: JAQUES RAMOS WANDERLEY

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), ROMARIO DE ALMEIDA OLIVEIRA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem seqüela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00345/00346 - carta_04 - INVALIDEZ

00020173



Carta nº 15782369





Estado da Paraíba
Poder Judiciário
2ª Vara Mista de Pombal

Processo nº: 0800502-81.2020.8.15.0301
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Seguro]
Autor(a): FRANCISCO NESTOR DE ALMEIDA
Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e arts. 8º e 139, II, ambos do CPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação do art. 334 do CPC, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, do CPC.

Certifique-se a existência de ação com as mesmas partes, pedido ou causa de pedir, ativa ou baixada.

CITE-SE/INTIME-SE a parte requerida, por carta com AR ou outro meio idôneo, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC), cientificando-a, ainda, de que deverá arcar com os honorários periciais, os quais arbitro desde já no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais), cujo depósito deve ser comprovado nos autos em até 10 (dez) dias após a data de realização da perícia, nos termos do Convênio 015/2014, firmado com o Tribunal de Justiça da Paraíba.

Por economia processual, no prazo de defesa a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A deverá apresentar os quesitos que deseja que sejam respondidos pelo perito e, querendo, indicar assistente técnico e arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso.

Apresentada contestação, a parte autora deve ser intimada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do CPC), podendo, no mesmo prazo, apresentar seus quesitos a serem respondidos pela perícia, indicar assistente técnico e arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso.

NOMEIO o Dr. Dr. Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto, CRM/PB 8679, cujos dados estão disponíveis na escrivania, para a realização do exame pericial, independentemente de compromisso.

Após os prazos dos itens 3 e 5, comunique-se o perito acerca da sua nomeação, por e-mail, requisitando desde já, data e horário para realização de perícia no Fórum de Pombal/PB. Com a informação intemem-se as partes para, no dia e hora indicados, comparecerem ao local de realização da perícia médica.

Cientifique-se o perito, informando-lhe de que deverá responder aos quesitos apresentados pelas partes, além dos seguintes quesitos do Juízo: a) Há lesão nos membros inferiores do autor que lhe cause debilidade? b) As lesões comprometem as funções de que membros? c) Qual o grau de debilidade provocada pelas lesões identificadas?

Após a apresentação do laudo pericial, intemem-se as partes para se manifestar no prazo comum de 05 (cinco) dias.

Adotem-se as providências necessárias ao pagamento do perito, depois de apresentado o laudo,



expedindo o competente alvará ou transferindo-se os honorários periciais para conta bancária de titularidade do expert.

Em seguida, venham os autos conclusos.

Cumpra-se com os expedientes e diligências necessárias.

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

JOSÉ EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito em substituição

Valor da causa: R\$ 3.780,00





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

2ª Vara Mista da Comarca de Pombal

PROCESSO Nº 0800502-81.2020.8.15.0301

CITAÇÃO

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Mista de Pombal, fica Vossa Senhoria devidamente **CITADO(A)** para tomar conhecimento da presente demanda, e querendo, apresentar contestação no **prazo de 15 (quinze) dias úteis** (art. 183, caput, c/c art. 219, CPC), sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC), cientificando-a, ainda, de que deverá arcar com os honorários periciais, no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais), cujo depósito deve ser comprovado nos autos em até 10 (dez) dias após a data de realização da perícia, nos termos do Convênio 015/2014, firmado com o Tribunal de Justiça da Paraíba. **Por economia processual, no prazo de defesa deverá apresentar os quesitos que deseja que sejam respondidos pelo perito e, querendo, indicar assistente técnico e arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso.**

Pombal-PB, 28 de maio de 2020.

SEANE DA NOBREGA MASCENA DANTAS

Técnico(a) Judiciário(a)

